

**Rodrigo Cardoso Freitas**

# **DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA INDIRETA**

**Os Direitos de Posse,  
Propriedade e Moradia**

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

11 3333 3333

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-6939-9**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Freitas, Rodrigo Cardoso.

F866 Desapropriação judicial privada indireta: os direitos de  
posse, propriedade e moradia./ Rodrigo Cardoso Freitas  
Curitiba: Juruá, 2017.  
362 p.

1. Desapropriação. 2. Direito de propriedade. 3. Direito  
a moradia. I. Título.

CDD 343.0252 (22.ed.)  
CDU 347.23

00355

< 00355

---

# SUMÁRIO

---

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>17</b>  |
| <b>Capítulo 1 A FUNDAMENTALIDADE DA POSSE E A SUA QUALIFICAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....</b>   | <b>23</b>  |
| 1.1 A Atual Compreensão da Posse como um Direito Fundamental .....  | 25         |
| 1.2 O Cumprimento da Função Socioambiental como Exigência do Estado Democrático de Direito.....   | 45         |
| 1.3 A Função Socioambiental como Elemento Interno da Posse, Exigida pelo Ordenamento Constitucional Brasileiro .....  | 63         |
| 1.4 A Posse Qualificada Objetivamente pelo Cumprimento da Função Socioambiental .....   | 80         |
| <b>Capítulo 2 A FUNDAMENTALIDADE DA PROPRIEDADE E DA MORADIA, PERMEADA PELA MÁXIMA DA PROPORCIONALIDADE E PELA TÉCNICA DA PONDERAÇÃO.....</b>                                   | <b>93</b>  |
| 2.1 A Proteção Constitucional do Direito de Propriedade (Funcional)..   | 94         |
| 2.2 A Fundamentalidade do Direito de Propriedade e do Direito à Propriedade.....  | 116        |
| 2.3 A Fundamentalidade do Direito à Moradia e do Direito de Moradia.....  | 138        |
| 2.4 A Aplicação da Máxima da Proporcionalidade e da Técnica da Ponderação .....   | 152        |
| <b>Capítulo 3 A AFETAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA DECORRENTE DA CONSOLIDAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA QUE CONCRETIZA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE POSSE, PROPRIEDADE E MORADIA .....</b> | <b>171</b> |

|                   |   |            |
|-------------------|---|------------|
| 3.1               | A Afetação da Propriedade Privada pelo Interesse Social como Condição Essencial para a Solução da Colisão dos Princípios .....          | 172        |
| 3.2               | A Consolidação da Situação Fática Capaz de Provocar a Afetação da Propriedade Privada ao Interesse Social .....                         | 194        |
| 3.3               | A Visão dos Tribunais sobre a Posse Qualificada pela Função Socioambiental, Responsável pela Consolidação de Situações Fáticas.....     | 205        |
| 3.4               | A Desapropriação Indireta Decorrente da Afetação da Propriedade e, Consequentemente, do Fato Consumado .....                            | 216        |
| <b>Capítulo 4</b> | <b>A DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL PRIVADA INSTITUÍDA EM PROL DA CONCRETUDE DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....</b>                                 | <b>235</b> |
| 4.1               | A Desapropriação Judicial Privada decorrente da Realização de Obras e Serviços de Interesse Social e Econômico Relevante .....          | 236        |
| 4.2               | A Desapropriação Privada Decorrente da Relativização do Princípio do <i>Accessio Cedit Principali</i> .....                             | 255        |
| 4.3               | A Desapropriação Judicial Decorrente de Atividade Nociva e em prol do Interesse Público .....   | 263        |
| 4.4               | As Desapropriações Judiciais Privadas como Instrumentos para a Concretude de Direitos Fundamentais .....                                | 275        |
| <b>Capítulo 5</b> | <b>A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DA DESAPROPRIAÇÃO PRIVADA INDIRETA, DECORRENTE DA AFETAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL .....</b>          | <b>283</b> |
| 5.1               | Reapresentação do Problema .....  | 283        |
| 5.2               | A Singularidade dos Conflitos Expostos nos Julgados Envolvendo a Colisão dos Direitos Fundamentais de Posse, Propriedade e Moradia..... | 287        |
| 5.3               | As Circunstâncias Fáticas e Jurídicas que Identificam Critérios Mínimos para a Desapropriação Privada Indireta.....                     | 304        |
| 5.4               | A Possibilidade do Reconhecimento da Desapropriação Privada Indireta Decorrente da Afetação por Interesse Social .....                  | 309        |
|                   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>327</b> |
|                   | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>331</b> |
|                   | <b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>  | <b>349</b> |